

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ – INSUBMISSÕES POR MEIO DA PRÁTICA EDUCATIVA NÃO SEXISTA

DOSSIER PRESENTATION – INSUBMISSIONS THROUGH NON- SEXIST EDUCATIONAL PRACTICE

Sérgio Antônio Silva Rêgo¹
Joana Teixeira Ferraz da Silva²
Jean Von Hohendorff³

A educação não sexista é uma proposta pedagógica que visa desconstruir estereótipos de gênero, a partir da promoção de uma formação equânime, respeitosa, inclusiva e amorosa (cf. Freire, 2014). É uma derivação das pautas feministas que exigem acesso, permanência e oportunidades de educação crítica-reflexiva para todas as pessoas, com a finalidade da

¹ Doutor em Sociologia, Universidade do Minho (ICS-UMinho); Mestre em Educação Contemporânea (PPGEduC) - Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA); Especialista (*Lato sensu*) em Epistemologia e História – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA); Graduado em História (FAFICA). Integrante do Observatório dos Movimentos Sociais da América Latina, do Grupo Movimentos Sociais, educação e diversidade na América Latina vinculado ao CNPq e do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Sociais – GEICS. E-mail: santonioirego@gmail.com.

² Doutorado em andamento em Sociologia pela Universidade do Minho (ICS-UMinho), com bolsa de investigação na Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) (<https://doi.org/10.54499/2021.05582.BD>). Mestrado em Sociologia com ênfase em políticas sociais pela Universidade do Minho (ICS-UMinho). Pós-graduação *lato sensu* em Saúde Coletiva pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Graduação em Serviço Social pela Universidade de Taubaté. Experiência acadêmica e de pesquisa nas áreas de políticas sociais, desigualdade social, violência e gênero. Atuou como assistente social nos campos da saúde pública, saúde mental e assistência social na alta complexidade. Integrante do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Sociais (GEICS). E-mail: jofteixeira@gmail.com.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Atitus Educação (Passo Fundo), onde coordena o grupo de pesquisa VIA-Redes (Violência, Infância, Adolescência e atuação das Redes de proteção e de atendimento). Bolsista Produtividade do CNPq. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da ATITUS Educação. Editor associado da revista Psicologia: Teoria e Pesquisa. Membro associado da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP). Integrante do GT ANPEPP Juventude, Resiliência e Vulnerabilidade. Membro do comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência de Passo Fundo/RS. Psicólogo graduado pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Bolsista CNPq), com estágio de doutorado sânduíche na *University of Alabama School of Social Work* (Bolsista CAPES). Possui estágio de Pós-Doutorado Júnior (Psicologia, Bolsista CNPq) na UFRGS. E-mail: jhohendorff@gmail.com.

emancipação social (cf. hooks, 2017 [1994]; 2019a [1984]; 2022a [2015]). Esse é um conceito fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, na qual todas as pessoas, independentemente de seu gênero, origem de classe e orientação sexual, possam ter as oportunidades necessárias e os direitos garantidos. À vista disso, destacamos que o objetivo do presente dossiê é demonstrar e discutir alguns dos principais desafios enfrentados na implementação da temática no espaço escolar – compreendido como agente transformador, portanto inserido num determinado tempo e espaço –, além de expor práticas exitosas de processos educativos que possuem como referência a educação não sexista.

Observa-se que, nas sociedades contemporâneas, pensar a educação formal, em suas variadas etapas, é refletir acerca de um dos principais pilares de construção do sujeito de cidadania (cf. Freire, 2001 [1996]; Furlani, 2009). Há uma proficuidade de modelos pedagógicos que influenciam políticas públicas e com os quais, cada qual a seu modo, se busca possibilitar o desenvolvimento cívico do indivíduo em sociedade. A contemporaneidade vem possibilitando, não sem resistência, um novo olhar para demandas cada vez mais agudas, as quais vêm pulsando a partir de questões que problematizam a educação e as relações de gênero e diversidade, para uma espécie de construção crítica do sujeito pensante (cf. Brandão; Rêgo; Silva, 2021; Castro, 2023). Desta maneira, pensar educação, numa escala macro, é procurar compreender um cenário amplo e polifônico, que permeia uma significativa etapa da vida dos indivíduos, ao mesmo tempo, pode ser tornar transformadora e definidora de diversas dimensões (*e.g.* cívica, crítica, reflexiva, social, gênero e diversidade). Portanto, capaz de estabelecer marcas profundas com uma variedade de possibilidades no decorrer de sua vida, do indivíduo quanto da sociedade ao qual pertence.

POR QUÊ PROMOVER UMA EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA?

Pensar e praticar uma educação não sexista é importante para a promoção da equidade de gênero desde a infância, pensando a alteração da sociedade a partir da profusão, em longo prazo, incidida por meio do processo educativo emancipatório. Diversos estudos apontam que

a socialização de gênero começa muito cedo, influenciando a formação de identidades e expectativas (cf. Furlani, 2009; Louro, 2014; 2015; Merma-Molina; Álvaro; Martínez, 2022). Tal socialização auxilia na construção da subjetividade, tendo em vista que a dimensão da sexualidade integra sujeitos e, portanto, permeia todas as etapas de sua vida (cf. Louro, 2014). Nesse sentido, a educação pode vir a desempenhar um papel transformador ao problematizar e (re)definir normas e comportamentos associados a cada gênero, rompendo, assim, com consolidados estereótipos que excluem a diversidade.

Pensar sobre educação é, numa visão freireana, exercitar uma prática de liberdade que induz o desenvolvimento da alteridade do *Outro* e de todas as pessoas ali inseridas (cf. Freire, 2001 [1996]; 2021 [1992]; 2022 [1968]). Portanto, nesse sentido, pensar educação implica, necessariamente, pensar em *si-mesmo* e no *Outro*, em relação, numa expressão de promoção de leitura de mundo com tomada de decisão acerca de sua realidade concreta. Leitura essa que implica na intenção de transformação dessa realidade, ao mesmo tempo em que se é transformado/a.

São muitos os relatos de abusos e avanços de ideias e práticas conservadoras – tanto a nível nacional quanto internacional – no sentido de inibir discussões associadas à construção de uma possível equidade (na intersecção de gênero, raça/etnia, classe, orientação sexual, etc.) e valores vinculados à diversidade, cada vez mais visíveis (cf. Biroli; Vaggione; Machado, 2020; Wendling; Epstein, 2025). Especialmente quando se fala em nome de uma pseudo-moral e bons costumes que perfazem práticas hostis de eliminação da alteridade do indivíduo (cf. hooks, 2019b [2003]). Apesar de consideráveis avanços no campo da legalidade que asseguram múltiplos olhares e respeito à diferença, pode-se perceber que o longo processo patriarcal/sexista exerce ainda forte influência (cf. Lagarde, 2005; Gargallo, 2006; Bourdieu, 2003 [1998]; Furlani, 2009; Louro, 2014) e dificulta a aplicabilidade de uma educação crítica e reflexiva – nos moldes que discutimos nesse texto –, de modo concreto, a uma significativa parcela da população.

Sem cair em uma espécie de determinismo cultural (cf. Butler, 2023 [1993]) é possível reconhecer que muitas sociedades estabelecem mecanismos de agenciamento que normalizam

padrões de gênero. Esses mecanismos de agenciamento podem reforçar expectativas e comportamentos que são considerados mais apropriados com a norma social vigente. Em nossa sociedade alguns desses mecanismos são reafirmados a partir de um conjunto de instituições que compõem o tecido social, sendo eles: socialização familiar, educação formal, mídia e publicidade, esfera profissional, doutrina religiosa e crenças culturais, normas legais e políticas governamentais e expressões do dia a dia. Essa normalização, por sua vez, dificulta ainda mais a superação de quadros adversos relacionados a essa discussão. Daí, a ideia de quebrar esse pavor social, que foi implantado estrategicamente por políticas conversadoras nas mais diversas instâncias, de que estudar gênero e diversidade (sintetizadas na educação sexual) é fomentar a sexualidade ou mesmo a libidinagem de crianças e jovens (cf. Butler, 2024). Pelo contrário, a educação sexual na escola e a educação não sexista são instrumentos mais eficazes para o autoconhecimento e autocuidado necessários nesse novo contexto histórico e sociocultural.

Por outro lado, há uma evidente construção de práticas educativas, exercida em múltiplas dimensões – desde as políticas públicas aos projetos desenvolvidos por estabelecimentos de ensino e/ou movimentos sociais e ainda organizações não governamentais –, que visam observar o sujeito nessa multidimensionalidade e potencialidade, enquanto sujeito que existe, deseja, aprende e influencia (cf. Louro, 2014; 2015). Esses exemplos podem ser visualizados desde a educação infantil (cf. Furlani, 2009) até o ensino superior (cf. Brandão; Rêgo; Silva, 2021).

Compreende-se a educação sexual enquanto espaço curricular que inclui a descoberta do corpo, da sexualidade e o cultivo de valores, respeito e alteridade. Portanto, parte fundamental de um projeto de sociedade menos violenta e verdadeiramente inclusiva e democrática.

Na agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (2015), a educação de qualidade figura como um dos desafios que ainda necessitam ser implementados/aprimorado em muitos países, assim como a garantia da equidade de gênero (respectivamente objetivos 4 e 5). A educação é uma importante ferramenta para que se efetive a dimensão do respeito e o entendimento das questões relativas às questões de gênero e à diversidade, numa evidente

promoção de alteridade e empoderamento (cf. Freire; Shor, 2021 [1986]). Isso se dá em níveis distintos – não sem ação social – que se entrecruzam e acabam por revelar a importância de tal temática. Esses níveis ou dimensões que compreendem a educação de qualidade e equidade de gênero são, interseccionados e interdependentes, o que confere complexidade à sua abrangência, e simultaneamente, evidencia a urgência de sua discussão e transformação das estruturas opressoras vigentes. Os níveis que destacamos são os seguintes: individual, comunitário e social, oficial – educação: escolas e universidades; governos e políticas públicas –, colaboração entre países, cultural e econômico. Do mesmo modo que é imperativo ser uma política de Estado e não de governo, para que, dessa maneira, exista uma perene concentração de esforços a curto, médio e longo prazos. Dito isto, salientamos a grande dimensão que um projeto como este envolve. Para que isso ocorra, um amplo conjunto de ações coordenadas deve surgir e auxiliar a aplicabilidade de um modelo educativo no qual a premissa da crítica, da reflexão e do respeito sejam basilares.

Notadamente, a partir da ampliação dos debates propostos pelas teorias feministas e, de modo mais efetivo, mediante a introdução do conceito de gênero, a temática da educação não sexista passa a ser encarada de outras maneiras e, por meio de pressão social, adquire corpo e visibilidade nos espaços educativos, em suas múltiplas etapas formativas. Diante desse cenário, ocorre uma maior discussão pública sobre formas de violência e ausência de liberdade, bem como sobre autonomia, respeito, alteridade e a importância de uma educação que possibilite a construção de uma sociedade emancipada e crítica. Essas discussões passam a fomentar algumas das problemáticas que envolvem os desafios das sociedades contemporâneas com suas agendas e demandas.

Pensar a diversidade sexual e de gênero no campo da educação e os papéis sociais decorrentes dessa reflexão é procurar estabelecer um processo relacional. Processo esse que leva à problematização de essencializações das interações sociais, de acesso, equidade e garantias de direitos, de respeito às diferenças de pensamento, além de inspirar posturas que estimulem a alteridade. Tudo isso a fim de buscar efetivar uma educação não sexista e a

construção de uma sociedade verdadeiramente democrática para todas as pessoas em suas multidimensionalidades.

A implementação de práticas pedagógicas deve considerar diversos aspectos fundamentais, tais como: a criação de grupos de discussão e/ou núcleos de gênero em ambiente pedagógico (cf. Castro, 2023); currículos inclusivos (cf. Lopes; Oliveira; Oliveira, 2018; Costa, 2001; Sohn; Thélamon, 1998), com oferta de disciplinas que tratem diretamente da discussão (cf. Brandão; Rêgo; Silva, 2021); ambientes acolhedores/seguros (cf. Louro, 2014) e investimento em formação docente (cf. Castro, 2023; Kollmayer *et al* 2020). Visualiza-se a necessidade de um profundo investimento na formação docente que propicie a adoção de práticas educativas mais democráticas, diversas, inclusivas e que estimulem e ampliem a participação da comunidade escolar. Assim, consegue-se obter um melhor resultado das ações implementadas com o objetivo de perceber um processo de educação não sexista em curso. Especialmente a partir das demandas elencadas por meio dos ativismos vivenciados ao longo do processo histórico que requerem autoimagem, representatividade e a própria escrita de sua história (cf. Gohn, 2022; hooks, 2022b [2009]), transformando o ser-humano que aprende e ensina – e vice-versa – no centro das discussões (cf. Freire, 2001 [1996]; 2021 [1992]; 2022 [1968]; hooks, 2017 [1994]; 2022b [2009]).

Embora existam muitos desafios em sua implementação, especialmente a resistência cultural empreendida durante milênios pelo patriarcado, a educação não sexista torna-se ainda mais necessária diante desse cenário, sobretudo quando observamos os estereótipos de gênero e as universalizações/padronizações de comportamentos que buscam desconsiderar as singularidades e a profunda diversidade de ser e agir no mundo. Apesar desse contexto, há evidentes sinais de resistências e, em algumas realidades, alterações de cenários, particularmente quando visualizamos as micro atividades. Desta forma, sua aplicação representa a quebra desses padrões, ou seja, um processo de insubordinação. No momento em que se busca romper com processos de subalternização (cf. Spivak, 2010 [1985]), há a ideia de possibilidade de rompimento por meio de múltiplas resistências, das quais destacamos o processo educativo – crítico e reflexivo.

Assim, observa-se a educação não sexista enquanto uma premente necessidade a fim de efetivar equidade de oportunidades a todas as pessoas, no sentido de dirimir as profundas desigualdades que vivenciamos. Por meio de uma educação crítica-reflexiva compreende-se a necessidade de construção de um novo *ethos* social, no qual o respeito é parte basilar.

A educação não sexista é composta por um processo que exige comprometimento, ética e profissionalismo, num segmento de atualização profissional constante. Os últimos anos demonstram que a temática da educação não sexista tem crescido e possibilitado um debate ampliado das diferenças no âmbito educativo, em seus variados segmentos de formação. Tanto no campo discursivo nacional quanto internacional, o que o presente dossiê destaca a partir das contribuições aqui expressas, as quais propõem, paulatinamente, novos olhares, formas de compreensão e atitudes diante desses atores sociais que surgem no processo educativo, ampliando a discussão.

Contributos deste dossiê

150

No estudo **Educação não sexista como prática de liberdade: teoria feminista na ação pedagógica**, de Sérgio Antônio Silva Rêgo, Joana Texeira Ferraz da Silva e Rafaela Sofia Gonçalves Ribeiro, são exploradas as potencialidades de uma educação não sexista fundamentada na perspectiva freireana e nas teorias feministas. A partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, analisa-se como práticas pedagógicas baseadas na equidade e no respeito à diversidade sexual e de gênero podem promover autonomia e criticidade nos processos educacionais. Ações concretas são propostas, em níveis micro, meso e macro, tanto em ambientes formais quanto informais, abordando questões históricas e estruturais que perpetuam opressões. Ao destacar a necessidade de desmistificar estereótipos e romper com hierarquias de gênero, argumenta-se que uma educação não sexista deve ser interseccional, antirracista, anticapacitista e promotora de justiça social. É salientada, ainda, a importância de criar espaços seguros e democráticos para a construção coletiva de saberes, incentivando a convivência respeitosa e a transformação social.

No estudo **Meu carrinho rosa e minha boneca azul: desconstrução da concepção binária de gênero na educação infantil**, de Maria da Conceição Silva Lima, são analisadas práticas pedagógicas em uma creche pública do Recife, destacando a relação entre gênero, cores, brinquedos e brincadeiras. Baseado em pesquisa qualitativa, o estudo revela que, apesar de tentativas teóricas de desconstrução, muitos educadores/as ainda adotam abordagens binárias, especialmente em escolhas relacionadas a brinquedos. A transgressão de gênero é mais aceita quando realizada por meninas, enquanto os meninos enfrentam maior resistência. Além disso, a autonomia das crianças é frequentemente suprimida nas decisões pedagógicas. É ressaltado que a manutenção de binarismos de gênero é influenciada por fatores históricos e culturais que ultrapassam a formação acadêmica, apontando para a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a autonomia e a desconstrução de estereótipos sexistas.

No artigo **Estereótipos femininos nos contos de fadas e a formação das identidades femininas: percepções de professoras codoenses**, de Luis Henrique Serra, Kelly Almeida de Oliveira e Maria Nayara Oliveira Torres, é apresentada uma investigação dos estereótipos femininos em contos de fadas europeus e sua influência na formação das identidades femininas. Por meio de pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário *online* a seis professoras de escolas públicas de Codó/MA, o estudo mostra que as docentes reconhecem a presença de estereótipos nos contos de fadas e sua influência no processo de formação das identidades femininas. As participantes destacaram a importância de discutir esses estereótipos em sala de aula, utilizando intervenções pedagógicas para fomentar a criticidade e a reflexão dos/as estudantes sobre as narrativas apresentadas.

No artigo **Diálogos étnico-raciais e de gênero: uma experiência de extensão universitária e trabalho remoto na pandemia de COVID-19**, de Tatiane de Oliveira Pinto, Matheus Moreira Soares e Lohany Souza Ferreira Coelho, são apresentadas reflexões sobre a implementação de um projeto de extensão voltado para os Direitos Humanos, com foco na desconstrução de estereótipos de gênero e raça/etnia. Desenvolvido na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em um espaço dialógico de trocas entre a academia e a comunidade, debates sobre gênero foram promovidos no âmbito do projeto. Por meio de atividades remotas

e mídias digitais, a ação extensionista possibilitou reflexões sobre a interseccionalidade das opressões de gênero e raça, evidenciando a importância da educação não sexista como ferramenta para a promoção da equidade. O estudo reforça a necessidade de ampliar discussões sobre as temáticas no ensino superior e na sociedade, destacando o papel da extensão universitária na construção de práticas educativas mais inclusivas e transformadoras.

No estudo **“Travestilizando de sensibilidade as ruas e as universidades”: travestis e permanência universitária**, de Letícia Cardoso Barreto e Ana Luiza do Nascimento Rezende, foi analisada, em uma perspectiva qualitativa, como a presença de travestis pesquisadoras em universidades públicas brasileiras promove mudanças institucionais em termos de acesso e permanência. Foi destacado o despreparo das instituições para lidar com transfobias, evidenciadas pela exposição do nome morto, uso incorreto de gênero e insensibilidade em relação às vivências dessas sujeitas. Apesar disso, ressalta-se a importância dessas pesquisadoras como agentes de transformação, impulsionando debates sobre travestilidades e educação transfeminista. São propostas ações, como a implementação de cotas trans, reestruturação curricular, valorização do nome social e formação de docentes trans, defendendo uma educação interseccional e democrática alinhada às epistemologias e às experiências de travestis e mulheres transexuais.

O artigo **Pensamento visual e neurodidática para uma educação não sexista e não adultocentrada: análise de três campanhas educativas na Universidade Autônoma de Madri**, com autoria de Leandra Vaz Fernandes Catalino Procópio e Daniela Maroja Ribeiro, foi desenvolvido no contexto de um estágio doutoral sanduíche, realizado na Faculdade de Formação de Professores e Educação, da Universidade Autônoma de Madri. Nele, são apresentadas análises de três campanhas educativas que utilizam imagens promocionais de educação inclusiva e contra o sexismo desde a infância, com base em uma perspectiva feminista e da neurodidática. É destacado o pensamento visual como ferramenta pedagógica capaz de mobilizar atenção, memória e transformação social. As campanhas abordam temas como violência de gênero, sexismo infantil e adultocentrismo, enfatizando o potencial das imagens

em criar novas formas de ensino-aprendizagem que integram criatividade, intuição e a plasticidade do cérebro.

Tomados em conjunto, os artigos que compõem esse dossiê, podem ser considerados como uma inédita coletânea sobre práticas educativas não sexistas. Tais práticas devem acompanhar todo o itinerário formativo, desde a educação infantil até a superior, visando flexibilizar normas sociais baseadas em processos de submissão como o patriarcado, o sexismo e o machismo. A publicação deste dossiê ocorre em um delicado momento socio-histórico, no qual temos acompanhado a ascensão de líderes políticos conservadores que têm como um dos seus principais objetivos a eliminação da diversidade, com foco em pessoas trans. Momentos como este requerem uma resistência que deve ser feita em diferentes contextos e níveis. Dentre eles, o contexto formativo, seja ele uma escola ou uma universidade, tem o potencial sem igual de se configurar como prática realmente libertária, fundamental para uma sociedade democrática. Que continuemos oferecendo resistência à barbárie, honrando quem foi resistência antes de nós e pavimentando o caminho para quem virá depois. Seguimos!

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kúhner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1998].

BRANDÃO, Ana Maria; RÊGO, Sérgio Antônio Silva; SILVA, Joana Teixeira Ferraz. Gênero(s) e sexualidade(s): uma experiência de ensino em contexto acadêmico, **Configurações**, 28, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.14010>, acesso em 22 set. 2024.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. Trad. Veronica Daminelli; Daniel Françoli. 2ª ed. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2023 [1993].

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

CASTRO, Roney Polato de. Formação docente, experiência e problematização: trajetórias e aprendizados em dez anos de Gesed. In: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de. (orgs.). **Produção de conhecimento em gênero, sexualidade e educação**: dez anos do Gesed. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2023.

COSTA, Marisa Vorraber. (org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001 [1996].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 29ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021 [1992].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022 [1968].

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Trad. Adriana Lopes. 14ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021 [1986].

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da educação sexual na escola. **Sexualidade**. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED-PR: 2009, p. 37-48. Disponível em: <https://maiscursoslivres.com.br/cursos/2fdf4e519aa5958d173a7060c3209538.pdf#page=37>. Acesso em 21 jan. 2025.

GARGALLO, Francesca. **Ideas feministas latinoamericanas**. 2ª ed. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Ativismos no Brasil**: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis: como impactam e por que importam? Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Cipolla. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017 [1994].

hooks, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019a [1984].

hooks, bell. Educação democrática. CÁSSIO, Fernando. (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019b [2003].

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Trad. Ana Luiza Libânio. 18ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022a [2015].

hooks, bell. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. Trad. Renata Balbino. São Paulo: Elefante, 2022b [2009].

KOLLMAYER, Marlene; SCHULTES, Marie-Therese; LÜFTENEGGER, Marko; FINSTERWALD, Monika; SPIEL, Christiane; SCHOBER, Barbara. REFLECT—A teacher training program to promote gender equality in schools. **Frontiers in Education** (v. 5, p. 136). Frontiers Media AS, 2020. <https://doi.org/10.3389/feduc.2020.00136>. Acesso em 22 set. 2024.

LAGARDE, Marcela. **Los cautivos de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. Madrid: Horas y Horas la Editorial, 2005.

LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza; OLIVEIRA, Gustavo. (orgs.). **Os gêneros da escola**: e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo. Recife: Ed. UFPE.

LOURO, Guacira Lopes. (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 3a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª ed. 3 Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MERMA-MOLINA, Gladys, ÁVALOS-RAMOS, María Alejandra; MARTÍNEZ RUIZ, María Ángeles. (2022), Gender stereotypes: persistence and challenges, **Equality, Diversity and Inclusion**, v.41; n.7, pp. 1112-1135. <https://doi.org/10.1108/EDI-12-2018-0229> Acesso em 28 ago. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. (2015). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 28 ago. 2022.

SOHN, Anne-Marie; THÉLAMON, Françoise. **L’Histoire sans les femmes est-elle possible?** Rouen: Perrin, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1985].

WENDLING, Mike; EPSTEIN, Kayla. Trump makes 'two genders' and anti-DEI policy official. **BBC News**, 20 jan. 2025. Disponível em <https://www.bbc.com/news/articles/czx84en1yp4o> Acesso em 21/01/2025. Acesso em 28 jan. 2025.